



## Gênero textual notícia: uma aplicação da teoria ao caso concreto

Lúcia Helena Martins Gouvêa<sup>1</sup>  
UFRJ

**Resumo:** Este artigo trata da temática “subjatividade” no gênero textual “notícia”, considerando os resultados de uma pesquisa ainda em curso. O intuito é mostrar que a notícia, embora seja um texto de caráter objetivo, apresenta marcas de seu enunciador, comprovando que, por trás de uma narrativa, existe um sujeito que relata, segundo seu ponto de vista, seus pressupostos, sua visão de mundo. A fundamentação teórica que orienta o estudo é formada de conceitos como “modos de organização do discurso”, “comportamentos alocutivo, elocutivo e delocutivo do modo enunciativo de organização do discurso”, “operadores argumentativos”, “subjatividade modalizante” e “subjatividade avaliativa”. Por intermédio desses conceitos, serão fornecidos subsídios ao leitor de textos informativos para reconhecer aquilo que constitui informação e aquilo que constitui opinião nos gêneros informativos midiáticos.

**Palavras-chave:** subjatividade, modo enunciativo, gênero notícia

**Abstract:** This article deals with the theme of "subjectivity" in the "news genre", considering the results of a study still in progress. The aim is to show that the text of this kind of genre, although it is characterized as an objective one, presents some marks of its enunciator. This is what proves that behind a narrative, there is a subject who speaks, according to his own point of view, about his personal assumptions and worldview. The theoretical basis that guides this study involves concepts such as "categories of organization of speech," "elocutionary, allocutionary and delocutionary behaviors of the enunciative category of speech organization," "argumentative operators," "modalizing subjectivity" and "evaluative subjectivity". Through these concepts, the reader will have enough subsidies of informational texts so that he can recognize what constitutes information and what constitutes an opinion in the informational media genres.

**Keywords:** subjectivity, enunciative category, news genre

### 1. Introdução

Este artigo tem como proposta a apresentação de uma pesquisa individual intitulada “Modalidades e tipos de lexicalização: um estudo em gêneros informativos midiáticos”, que está sendo desenvolvida dentro do Projeto Integrado de Pesquisa do Círculo Interdisciplinar de

---

<sup>1</sup> lhluar@yahoo.com.br



Análise do Discurso (CIAD), na UFRJ. Trata, especificamente, do tema “modalização” no gênero textual “notícia”, a partir de textos publicados no jornal O Globo e no jornal Extra, em março de 2009. É um trabalho que investiga a subjetividade por meio de marcas lingüísticas denunciadoras da presença do sujeito da enunciação no gênero informativo.

A partir do levantamento de ocorrências de *orações modalizadoras*, *índices de avaliação* e *operadores argumentativos*, pretende-se mostrar que os gêneros informativos, diferentemente do que dizem alguns compêndios da área de Comunicação, não são imparciais<sup>2</sup>, ou seja, que a imparcialidade é um mito. Para isso, será observado o modo como o sujeito enunciador se posiciona em seus textos, ao informar um fato, divulgar um acontecimento.

No que concerne ao *referencial teórico*, utiliza-se como fundamentação a Semiolingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau (2008), a Teoria da Argumentação na Língua – as duas primeiras fases –, de Oswald Ducrot (1987), e a abordagem de Kerbrat-Orecchioni (1980) sobre Sujeito da Enunciação.

Quanto à *metodologia* adotada na pesquisa, trata-se de um trabalho de caráter qualitativo e quantitativo, na medida em que não só se levantam as ocorrências de marcas lingüísticas de modalização, organizando-as segundo sua tipologia, como também se verifica a produtividade de cada tipo de lexicalização, com a finalidade de comprovar o predomínio de um (ou mais) e a baixa freqüência de outros, segundo o gênero e o jornal analisados.

Com os dois tratamentos, pretende-se mostrar como o gênero “notícia” se caracteriza no que diz respeito à presença de marcas de subjetividade.

---

<sup>2</sup> Segundo Muniz Sodré e Ferrari (1986, p.9), a narrativa do texto jornalístico caracteriza-se pela objetividade da informação, isto é, a narração é construída sem comentários, sem subjetivações.



## 2. Pressupostos Teóricos

Patrick Charaudeau (1992), em sua *Teoria Semiolinguística do Discurso*, propõe o conceito de *modos de organização do discurso*, distinguindo-o do de *gênero textual*.

*Gênero textual* é uma categoria de textos cuja característica é apresentar constantes determinadas pelos níveis situacional, discursivo e semiolinguístico de estruturação do ato de fala (CHARAUDEAU, 2008, p. 77). Constituem gêneros textuais produções como *receita de bolo, bula de remédio, petição inicial, sentença judicial, editorial, notícia, reportagem etc.*

*Modos de organização do discurso* são procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua, ordenado-as segundo as finalidades discursivas do projeto de fala do locutor. Constituem modos de organização do discurso os modos *enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo* (CHARAUDEAU, 2008, p. 74).

O *modo de organização descritivo* caracteriza-se por apresentar três tipos de componentes: *nomear, localizar-situar e qualificar*. O *modo de organização narrativo* pode ser observado por intermédio de seus três constituintes: os *agentes*, os *processos* e as *seqüências*. O *modo argumentativo*, de outra parte, configura-se quando existe um processo argumentativo em cujo funcionamento se constata: (a) uma *proposta* sobre o mundo; (b) um *sujeito* enunciator; (c) uma tese relacionada à proposta; (d) argumentos; (e) um sujeito destinatário.

Por fim, quanto ao *modo enunciativo de organização do discurso*, destaca-se a sua função de organizar os lugares e o estatuto dos protagonistas do ato de linguagem. O *modo enunciativo* é o lugar em que ocorre a conjunção de um aparelho formal (lingüístico) que marca os protagonistas, com as constantes comportamentais que caracterizam as situações de fala. Não só aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação, como também intervém na encenação de cada um dos outros três modos, comandando-os.

Charaudeau (1992) diz que todo ato de linguagem se compõe de um propósito referencial e de um ponto de vista enunciativo do sujeito (SU) falante, ambos configurando



uma situação de comunicação. Diz, ainda, que *enunciar* é uma ação que consiste em organizar as categorias de língua, ordenando-as para que situem o SU falante em relação ao interlocutor, ao que ele mesmo diz e ao que um terceiro diz, o que permite distinguir três funções do modo enunciativo: alocutiva, elocutiva e delocutiva.

O *comportamento alocutivo* caracteriza-se por implicar o locutor e o interlocutor, mais precisamente corresponde à maneira pela qual o locutor impõe um comportamento ao interlocutor. Dentro desse quadro, está inserida uma série de modalidades, tais como a da *injunção* (Saia agora!), a da *autorização* (Podem iniciar a prova.) *etc.*

Encontram-se, ainda, como *modalidades alocutivas*, as categorias da *interrogação* (Aonde você vai?) e da *petição* (Peço que você compreenda.), categorias cuja característica difere das anteriores. Enquanto, nas primeiras, o locutor assume uma posição de superioridade em relação ao interlocutor, impondo-lhe ou permitindo-lhe determinada conduta, nas segundas, apresenta-se em posição de inferioridade, pondo-se na dependência de um comportamento do interlocutor .

O *comportamento elocutivo*, por seu turno, não envolve o interlocutor no ato locutivo. Diz respeito à maneira pela qual o locutor revela seu ponto de vista sobre aquilo que enuncia. Algumas das modalidades são a da *constatação* (Estou vendo que você está progredindo.), a do *saber/ignorância* (Eu sei por que ele agiu assim!), a da *opinião* (Estou convencido de que o homem está evoluindo.), a da *apreciação* (Acho muito bom que as pessoas estejam pensando no Planeta.), dentre outras.

Por fim, o *comportamento delocutivo* caracteriza-se pelo fato de o SU falante se apagar no ato de enunciação e não implicar o interlocutor. É importante esclarecer que *o apagar-se e o não implicar o outro* significam a ausência, no texto, de marcas de 1ª ou 2ª pessoas – típicas dos comportamentos elocutivo e alocutivo –, o que produz como resultado uma enunciação aparentemente objetiva.

São duas as *modalidades delocutivas*: a da asserção e a do discurso relatado.

Na *modalidade da asserção*, o locutor diz como o mundo existe e, para fazê-lo, utiliza-se de variantes dessa modalidade, como a modalidade da *evidência* (É evidente que o Antônio vai



refletir sobre o assunto.) e a da *aceitação/recusa* (Não é aceitável que as pessoas continuem jogando lixo nas ruas.).

Na *modalidade do discurso relatado*, o SU narra o que o outro diz e como diz, mas é necessário destacar que o faz segundo o seu ponto de vista, o que implica, por exemplo, estes dois relatos de uma mesma fala: Ele disse que a leitura estava concluída. / Ele garantiu que a leitura estava concluída.

Charaudeau (2008, p. 84) faz a seguinte observação acerca das *modalidades delocutivas*:

O ato de enunciação que descreve a “relação com um terceiro” é de fato peculiar. Sabemos que todo ato de linguagem depende, de um modo ou de outro, do sujeito falante e de seus diferentes pontos de vista.

Trata-se, portanto, de um “jogo” protagonizado pelo sujeito falante, como se fosse possível a ele não ter ponto de vista, como se pudesse desaparecer por completo do ato de enunciação e deixar o discurso falar por si.

No que se refere aos conceitos da *Teoria da Argumentação na Língua*, Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre (1976, p. 27) dizem que a descrição semântica de um enunciado não deve se restringir ao seu conteúdo informativo, mas levar em conta também as indicações relacionadas à utilização desse enunciado visando a um determinado tipo de conclusão.

Para os linguistas, estão presentes, na maioria dos enunciados, certas marcas que determinam o seu valor pragmático, independentemente de seu conteúdo informativo. Essas marcas são elementos da gramática tais como quase, apenas, ao menos, até, inclusive, mas, embora, portanto, porque etc; todas indicando a força argumentativa dos enunciados e, por essa razão, denominadas *operadores argumentativos*.

Os *operadores argumentativos* são marcas lingüísticas da enunciação, o que significa dizer que delineiam o caminho argumentativo dos enunciados, representando a intenção com que estes são produzidos.

A intenção, o tempo, o lugar, os interlocutores, as relações sociais, isto é, as condições de realização dos enunciados são constitutivas de seu sentido. Esse fato indica que os



*operadores argumentativos* constituem marcas de subjetividade no discurso, à semelhança de outras tais como “é claro que”, “pode ser que” *etc.* Assim, compreendem-se os operadores como traços de modalização.

Em “Ele é muito preocupado, mas, desta vez, distraiu-se”, tem-se uma frase modalizada, ou seja, com marcas de subjetividade. O locutor, em vez de dizer apenas que o indivíduo se distraiu, usou uma construção cuja primeira oração (Ele é muito preocupado) veicula um valor de concessão e orienta para uma conclusão do tipo “então podemos confiar nele”. Imediatamente, porém, insere outra oração, introduzida pelo operador mas, a qual funciona como argumento mais forte e que aponta para a conclusão “logo não podemos confiar totalmente nele”.

O mas tem exatamente a função de contrapor argumentos que apontam para conclusões contrárias, constituindo, assim, uma estratégia argumentativa cuja característica não é concordar com o pensamento alheio, mas introduzir o próprio argumento, que será mais forte e que apontará para a conclusão predominante. Se se trata de uma estratégia argumentativa, tem-se, então, o sujeito da enunciação se revelando, e isso ocorre por intermédio de uma construção concessiva formulada, sintaticamente, por meio de uma estrutura de coordenação.

Quanto ao conceito de *enunciação*, Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 43) o define do seguinte modo:

[enunciação] (...) é a busca de procedimentos linguísticos (*shifters*, modalizadores, termos avaliativos *etc.*) com os quais o locutor imprime sua marca no enunciado, inscreve-se na mensagem (implícita ou explicitamente) e se posiciona em relação a ela (problema da distância enunciativa). É um propósito de localização e descrição das unidades – quaisquer que sejam sua natureza e seu nível – que funcionam como índices da inscrição do sujeito da enunciação no enunciado.<sup>3</sup>

Como se constata, a autora encara a enunciação como um fenômeno cuja característica básica é a utilização de diversos procedimentos linguísticos que marcam a presença do locutor no enunciado, revelando o seu posicionamento em relação ao conteúdo informativo. Alguns

---

<sup>3</sup> Tradução de Gouvêa, L.H.M.





desses procedimentos constituem justamente o que se chama de modalizadores e termos avaliativos, verdadeiras marcas de subjetividade no enunciado.

No que diz respeito à *subjetividade modalizante*, Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 168) diz que funcionam como *modalizadores* expressões que especificam, como constativo, hipotético, obrigatório *etc.*, o modo de asserção das proposições enunciadas (modalidade do obrigatório: Os funcionários devem trabalhar de uniforme. / Os interessados tem de seguir todas as normas. / O preenchimento dos primeiros quatro requisitos é obrigatório). Também desempenham a função de modalizadores expressões que especificam o grau de adesão do sujeito da enunciação com relação ao conteúdo afirmado (É certo que eles vão competir / Eu acredito que eles vão competir).

A *subjetividade avaliativa* diz respeito ao aspecto axiológico de um termo: (a) que descreve o ser denotado; (b) que apresenta um juízo avaliativo de apreciação ou de depreciação do denotado. A avaliação é lexicalizada por meio de substantivos, adjetivos, verbos, advérbios ou ainda por expressões ou orações equivalentes. Vejam-se os exemplos seguintes, que constituem o relato de um mesmo acontecimento feito por dois sujeitos distintos.

- ✓ Ontem, quando cheguei à Praça, vi um menino pegando a bolsa de uma senhora e fugindo em seguida.
- ✓ Ontem, quando cheguei à Praça, vi um marginalzinho que não tinha mais do que 10 anos, arrancando a bolsa de uma senhora e fugindo em seguida.

Observa-se, nos exemplos, o referente sendo avaliado, no mínimo de modo neutro, no primeiro caso, e de modo negativo, no segundo.

O uso do substantivo menino e do verbo pegar (pegando) denota o ponto de vista sob o qual o locutor avalia o ser cuja ação está sendo relatada: trata-se de um indivíduo de pouca idade, um garoto ainda, apanhando um objeto que não lhe pertencia.



O emprego do substantivo marginalzinho, da oração adjetiva que não tinha mais do que dez anos e do verbo arrancar (arrancando) revela a perspectiva do locutor acerca do fato que relata: trata-se de um indivíduo “que vive à margem do meio social em que deveria estar integrado, desconsiderando os costumes, valores, leis e normas predominantes nesse meio; delinquente, vagabundo” (HOUAISS, 2008) de pouca idade, extraíndo, por meio da força, algo que não lhe pertencia.

Por intermédio dos dois exemplos, tem-se, desvendada, a visão de mundo do locutor bem como a ideologia que permeia a sua forma de encarar os fenômenos sociais e os indivíduos neles envolvidos. O uso de expressões axiológicas como as empregadas, segundo Kerbrat-Orecchioni, é bastante produtivo, o que significa que o sujeito da enunciação está sempre presente em seu discurso, ainda que esse discurso não contenha marcas linguísticas prototipicamente reveladoras de subjetividade, como verbos e pronomes de 1ª pessoa.

A partir da orientação teórica proposta, será possível analisar o *corpus*<sup>4</sup>, cujas características são: a) constitui-se do gênero textual notícia; b) forma-se de textos publicados nos periódicos O Globo e Extra, em 03/2009.

### 3. Alguns resultados

Para a análise da subjetividade no gênero notícia, levantaram-se algumas hipóteses: (a) o gênero “notícia” não seria neutro, apesar do mito da imparcialidade informativa; (b) o processo informativo, assim como o opinativo, apresentaria variadas marcas de subjetividade; (c) a subjetividade no discurso informativo seria observada por meio da modalidade delocutiva e suas variantes; (d) os operadores argumentativos seriam as marcas linguísticas de modalização mais recorrentes; (e) as expressões atitudinais seriam as marcas linguísticas de modalização menos recorrentes; (f) o jornal O Globo apresentaria um percentual maior de modalizadores e índices de atitude subjetiva do que o jornal Extra.

---

<sup>4</sup> A pesquisa ainda não está concluída.





Na fase em que a pesquisa se encontra, alguns resultados já são visíveis. Considerando-se as hipóteses relacionadas ao **aspecto qualitativo**, observou-se, primeiramente, que o gênero informativo “notícia”, à semelhança do que ocorre com os gêneros opinativos midiáticos<sup>5</sup>, também é marcado do ponto de vista do sujeito da enunciação, vale dizer, que a imparcialidade é efetivamente um mito.

Não se nega que os textos opinativos e os textos informativos tenham orientações distintas, mas essa distinção não significa que o sujeito não se manifeste de alguma maneira nos textos informativos. É na maneira de se inserir num e noutro gênero que está a diferença.

Ao contrário do que propôs Benveniste (2005) ao tratar dos dois planos da enunciação (discurso e história), dizendo que na história se teria um relato de eventos passados sem envolvimento do locutor, a história também é um discurso. Os eventos não se narram a si mesmos, nem o narrador é completamente neutro.

Esse fato pode ser constatado, por exemplo, numa notícia veiculada pelo jornal Extra, em 09/03/2009, intitulada “Arrastões assustam São Paulo”. Veja-se:

**Bandidos** fazem dois **grandes** assaltos a prédios **em menos de** 24 horas

SÃO PAULO. **Bandidos** fizeram **mais** dois arrastões na capital paulista entre a noite de sábado e a manhã de ontem. No Paraíso, na Zona Sul, **pelo menos** nove homens armados com pistolas, revólveres e uma submetralhadora **invadiram** um prédio às 23h30m de sábado e mantiveram 18 pessoas reféns, entre elas um adolescente de 14 anos e uma criança de 2 anos.

A PM foi chamada e houve tiroteio. **Depois de** 30 minutos de **negociação**, **inclusive** usando os reféns **como escudo**, os **criminosos** se entregaram. Um nono **criminoso** conseguiu fugir e foi embora num táxi.

Horas depois, às 6h de ontem, **pelo menos** sete **ladrões invadiram** um edifício e roubaram oito apartamentos no Brás, na Zona Leste paulista. Cerca de 30 pessoas foram mantidas reféns durante a ação, que durou três horas. O alvo

---

<sup>5</sup> Em 2008/1, concluiu-se uma pesquisa intitulada “Sujeito da enunciação e construções concessivas em textos midiáticos” e cuja temática foi a subjetividade em gêneros opinativos.



**seriam** famílias chinesas que moram no edifício. Os **criminosos** vasculharam **somente** os apartamentos ocupados pelos orientais.

Dois **suspeitos** foram presos pela PM quando deixavam o local. Com a dupla, a polícia apreendeu uma pistola '765 **e** um revólver calibre 38. Os dois **ainda** carregavam uma bicicleta **e** uma mochila com dois videogames Playstation, 12 aparelhos de celular **e** R\$ 1,8 mil em dinheiro.

Com esses casos, **sobe para** sete o número de arrastões registrados na cidade este ano.

Considerando-se a abordagem de Kerbrat-Orecchioni sobre *subjetividade avaliativa*, observa-se a presença do sujeito enunciador já no título da notícia – “Arrastões assustam São Paulo”. Identifica-se avaliação por meio da escolha do verbo “assustar” em vez de “ocorrer”, este de caráter (mais) neutro (Arrastões ocorrem em São Paulo).

No subtítulo “Bandidos fazem dois grandes assaltos a prédios em menos de 24 horas”, a subjetividade avaliativa é comprovada pelo uso do substantivo “bandidos” no lugar de “homens”, por exemplo, e pelo emprego do adjetivo “grandes” no SN “dois grandes assaltos” (Homens fazem dois assaltos a prédios em dois dias seguidos). O uso do Sprep “em menos de 24 horas” em vez de “em dois dias seguidos” orienta para uma conclusão do tipo “então ocorreu num espaço muito curto de tempo”.

Neste primeiro parágrafo,

**Bandidos** fizeram **mais** dois arrastões na capital paulista entre a noite de sábado e a manhã de ontem. No Paraíso, na Zona Sul, **pelo menos** nove homens armados com pistolas, revólveres **e** uma submetralhadora **invadiram** um prédio às 23h30m de sábado e mantiveram 18 pessoas reféns, entre elas um adolescente de 14 anos e uma criança de 2 anos.,

levando-se em conta o estudo de Ducrot (1987) sobre *conteúdos implícitos e orientação argumentativa*, observa-se o advérbio “mais” constituindo-se num marcador de pressuposição cujo conteúdo pressuposto é “os bandidos já haviam feito arrastão antes”. Esse conteúdo implícito conduz à conclusão “então São Paulo está muito perigosa”.



Segundo Ducrot (1983), o operador argumentativo “pelo menos” introduz o argumento mais fraco de uma escala de argumentos que orientam para uma dada conclusão, deixando implícita a existência de argumentos mais fortes. Sendo “(pelos menos) nove homens invadiram o prédio” o argumento mais fraco, o mais forte seria “poderia haver mais do que nove homens”, o que aponta para a conclusão “então realmente eram muitos bandidos”.

Atente-se, ainda, para a escolha do verbo “invadir” em vez do verbo “entrar” (entraram num prédio às 23h30m de sábado e mantiveram 18 pessoas reféns), denotando a avaliação do locutor no que se refere à ação praticada pelos homens. “Invadir” significa “penetrar num determinado lugar e ocupá-lo pela força” (HOUAISS, 2007), enquanto “entrar” quer dizer “deslocar-se ou passar de fora para dentro, penetrar” (HOUAISS, 2007). Os dois significados, do ponto de vista referencial, representam a mesma ação, no entanto o modo como essa ação foi praticada é diferente num e noutro caso.

No segundo parágrafo,

A PM foi chamada e houve tiroteio. **Depois de** 30 minutos de **negociação**, **inclusive** usando os reféns **como escudo**, os **criminosos** se entregaram. Um nono **criminoso** conseguiu fugir e foi embora num táxi.,

a expressão circunstancial “depois de” funciona como um marcador de pressuposição cujo conteúdo pressuposto é “houve 30 minutos de negociação”. Esse conteúdo implícito aponta para a conclusão “então os criminosos levaram muito tempo para se entregar”, raciocínio que provoca sensação de medo ou de indignação no leitor da notícia.

Observa-se também a avaliação do locutor no uso dos substantivos “negociação” e “criminosos” no lugar de “diálogo” e “homens” respectivamente (Depois de 30 minutos de diálogo, inclusive usando os reféns como proteção, os homens se entregaram), além da expressão circunstancial “como escudo” em vez de “como proteção”. A escolha lexical representa o desejo do sujeito da enunciação em relatar e descrever o mais fielmente possível o fato ocorrido, entretanto o relato e a descrição são feitos segundo seus olhos, o que implica o uso da subjetividade.



Quanto à marca linguística “inclusive”, trata-se de um operador discursivo que introduz o argumento mais forte de uma escala que aponta para dada conclusão. Nesse conjunto de argumentos, tem-se o primeiro, “os criminosos levaram 30 minutos para se entregar”, cuja conclusão é “então a situação foi muito desgastante”. O segundo é “os criminosos levaram 30 minutos para se entregar (inclusive) usando os reféns como escudo”, cuja conclusão é predominante: “então a situação foi mais desgastante ainda”.

No terceiro parágrafo,

Horas depois, às 6h de ontem, **pelo menos** sete **ladrões invadiram** um edifício e roubaram oito apartamentos no Brás, na Zona Leste paulista. Cerca de 30 pessoas foram mantidas reféns durante a ação, que durou três horas. O alvo **seriam** famílias chinesas que moram no edifício. Os criminosos vasculharam **somente** os apartamentos ocupados pelos orientais.,

emprega-se novamente o operador argumentativo “pelo menos”, agora introduzindo o argumento mais fraco “(pelo menos) sete ladrões invadiram” e deixando implícita a existência do argumento mais forte “poderia haver mais de sete ladrões”. Uma conclusão possível para esses argumentos é “então eram muitos bandidos”, conclusão que faz o leitor se horrorizar e se concentrar cada vez mais na leitura da notícia.

Ainda sobre o operador “pelo menos”, pode-se constatar a subjetividade avaliativa atuando na escolha lexical, já que foi usada esta expressão em vez de “aproximadamente” (aproximadamente sete ladrões invadiram um edifício), por exemplo. As duas expressões denotam incerteza com relação ao número de bandidos, o que permitiria o uso de uma ou de outra, entretanto, “pelo menos” deixa entrever a forte possibilidade de haver um número maior, objetivo do locutor.

O emprego do verbo “ser” no futuro do pretérito (“O alvo seriam famílias chinesas”) no lugar do pretérito imperfeito (O alvo eram famílias chinesas) funciona como um índice de polifonia. Significa a não assunção da responsabilidade pela informação, por parte do locutor, ou seja, ele atribui a informação a uma outra voz.



No que se refere ao morfema “somente”, Ducrot (1981) o considera um operador argumentativo cuja função é apontar para a negação da totalidade. No caso em apreço (“Os criminosos vasculharam somente os apartamentos ocupados pelos orientais”), a totalidade seriam “todos os apartamentos”, levando a concluir que, **se** não invadiram os demais apartamentos, **então** o alvo seriam provavelmente as famílias chinesas.

No quarto parágrafo,

Dois **suspeitos** foram presos pela PM quando deixavam o local. Com a dupla, a polícia apreendeu uma pistola '765 **e** um revólver calibre 38. Os dois **ainda** carregavam uma bicicleta **e** uma mochila com dois videogames Playstation, 12 aparelhos de celular **e** R\$ 1,8 mil em dinheiro.,

observa-se a avaliação subjetiva no uso do SN “dois suspeitos” em vez de “dois homens suspeitos”. Trata-se da introdução de um novo referente por um substantivo (dois suspeitos) cujo significado indica a sua própria qualidade e não pelo nome que o designa seguido da qualidade (dois homens suspeitos). O primeiro SN tem um peso maior no que diz respeito ao grau de suspeitabilidade do que o segundo.

Quanto aos morfemas “e” e “ainda”, Ducrot (1981) os considera operadores argumentativos que somam argumentos de mesmo peso. Assim, para justificar a prisão dos dois homens, o locutor apresenta os seguintes argumentos: (1) portavam uma pistola, (2) (e) um revólver 38, (3) (ainda) carregavam uma bicicleta e uma mochila com aparelhos e dinheiro.

No quinto parágrafo – Com esses casos, “sobe para” sete o número de arrastões registrados na cidade este ano –, o emprego do verbo “subir” em vez do verbo “ser” (Com esses casos, são sete o número de arrastões) orienta o raciocínio do leitor da notícia desta forma: **se** subiu o número de arrastões, **então** a violência está cada vez pior em SP.

Resumindo o estudo da notícia “Arrastões assustam São Paulo”, pode-se afirmar que as primeiras hipóteses levantadas sobre o *corpus* se confirmaram:

(a) o gênero “notícia” não é neutro, tendo em vista a análise aqui proposta;



(b) o processo informativo apresentou variados índices de subjetividade, como se verificou por meio da presença de marcadores de pressuposição, de operadores argumentativos e de escolhas lexicais bem expressivas;

(c) a subjetividade no discurso informativo foi observada por meio da modalidade delocutiva, isto é: o sujeito falante se apagou de seu ato de enunciação e não implicou o interlocutor, na medida em que não foram usadas marcas de 1ª ou de 2ª pessoas; o ato de enunciação descreveu a relação com um terceiro (o fato, os acontecimentos); o texto se construiu com o predomínio dos *modos narrativo e descritivo* de organização do discurso – é importante não esquecer, no entanto, que uma história não se narra a si mesma, é narrada segundo o ponto de vista do sujeito enunciador.

Ainda para confirmar a hipótese da presença da subjetividade por intermédio da modalidade delocutiva, observe-se, a seguir, a notícia intitulada “Envolvidos contam suas versões na DP”, publicada pelo jornal EXTRA, em 12/03/2009.

Toda a situação durou aproximadamente uma hora. Marcos A.S.Ramos e a equipe do EXTRA foram para a delegacia. Quando o caso já estava sendo registrado, Fábio S.Pacheco se apresentou na 73ª DP. Os dois contaram uma versão bem diferente da dos jornalistas.

Em depoimento, Marcos, que mora na mesma rua da prefeita (Aparecida Panisset), **disse que** viu a confusão formada entre populares e jornalistas, e tentou intervir. Ele **alegou que** segurou a máquina fotográfica para evitar que ela fosse quebrada, e a entregou a Márcio Panisset (irmão da prefeita), para que ele devolvesse o equipamento ao fotógrafo. Marcos **afirmou** na delegacia **que** não impediu que ninguém deixasse a rua.

Fábio Pacheco, também vizinho de Panisset, (...) **alegou que** tentou conter os moradores e então a equipe do EXTRA começou a gritar com Márcio Panisset. (...)

Neste texto, verificam-se marcas de subjetividade típicas do comportamento delocutivo. Para Charaudeau (2008), esse comportamento se manifesta por meio das *modalidades da asserção* e do *discurso relatado*, caracterizando-se este por o sujeito narrar, sob seu ponto de vista, o que o outro diz e como diz.





Constituem marcas do *discurso relatado* as orações modalizadoras “disse que”, “alegou que”, “afirmou que”, “alegou que”, através das quais o locutor (repórter) narra o depoimento de Marcos e de Fábio Pacheco, não se responsabilizando pelas informações de que: (a) Marcos viu a confusão formada entre populares e jornalistas, e tentou intervir; (b) Marcos não impediu que ninguém deixasse a rua; (c) Marcos segurou a máquina fotográfica para evitar que ela fosse quebrada; (d) Fábio Pacheco tentou conter os moradores e então a equipe do Extra começou a gritar com Márcio Panisset.

Valendo-se das orações modalizadoras, o locutor divulga os fatos, fixando-se no referente, conduta linguístico-discursiva que camufla a sua própria subjetividade. Apesar disso, identificam-se as nuances discursivas veiculadas pelos verbos *dicendi* “dizer”, “afirmar”, “alegar”. “Dizer” significa “declarar”; “afirmar” quer dizer “declarar com firmeza”; “alegar” significa “afirmar sem razão”. Por meio deste último, o locutor não só não se responsabiliza pela informação, como também manifesta a sua não adesão ao discurso de origem.

Levando-se em conta, agora, as **hipóteses de caráter quantitativo**, toma-se a hipótese (d), segundo a qual os operadores argumentativos seriam as marcas lingüísticas de modalização mais recorrentes nas notícias. Como a pesquisa ainda está em andamento, apresentam-se, aqui, os resultados relacionados somente aos operadores argumentativos e às orações modalizadoras, ficando ainda ausentes os resultados relacionados aos índices de avaliação e índices de atitude subjetiva do locutor em face de seu enunciado.

No que concerne, portanto, à presença de operadores argumentativos e de orações modalizadoras, constatou-se o predomínio dos primeiros, como se pode observar nos quadros que se seguem.

MARCA	JORNAL
LINGÜÍSTICA	O GLOBO
Operadores Argumentativos	<b>87,98%</b>



Orações	
Modalizadoras	<b>12,01%</b>

QUADRO 1

MARCA	JORNAL
LINGUÍSTICA	EXTRA
Operadores Argumentativos	<b>88,86%</b>
Orações Modalizadoras	<b>11,13%</b>

QUADRO 2

Verifica-se, nos quadros, que os percentuais de operadores argumentativos e de orações modalizadoras apresentam uma diferença bastante expressiva tanto no Jornal O Globo (OA: 87,98%; OM: 12,01%)<sup>6</sup> quanto no Jornal Extra (OA: 88,86%; OM: 11,13%).

Esses resultados se explicam pelo fato de os *operadores argumentativos* (mas, apesar de, e, pois, inclusive, aliás, só, quase, pelo menos etc.) serem morfemas gramaticais que estão a serviço da orientação argumentativa dos enunciados. Sendo a língua eminentemente argumentativa, como dizem Ducrot e Anscombre (1976), é natural que os enunciados sejam marcados por operadores argumentativos.

De outro ponto de vista, esses morfemas também estão a serviço do estabelecimento das relações semânticas presentes na fala/escrita do homem. O falante pode relacionar os enunciados produzidos através da justaposição, mas, certamente, o valor semântico das relações será muito mais claro por meio da presença do operador. No caso da notícia, tem-se um gênero textual de caráter formal – diferentemente do gênero opinativo *crônica jornalística*, por exemplo –, além de ocorrer na língua escrita. Essas duas características

<sup>6</sup> OA → operador argumentativo; OM → oração modalizadora



implicam que as relações semânticas sejam estabelecidas de modo explícito, a fim de facilitar o entendimento do leitor.

Por outro lado, as *orações modalizadoras* são unidades linguísticas (é provável que, será preciso que, é indispensável que, ela disse que, ele alegou que, ela comentou que *etc.*) cujas funções são marcar o modo como o sujeito da enunciação encara o conteúdo proposicional de seu enunciado e expressar o seu grau de engajamento em relação a esse conteúdo proposicional. Essas marcações nem sempre aparecem na notícia, pois elas veiculam a opinião do sujeito enunciador, e esse gênero textual tem por objetivo informar e não exatamente exprimir a subjetividade do locutor. Desta forma, compreende-se o percentual tão baixo de orações modalizadoras.

No que diz respeito à hipótese (c) de que a subjetividade no discurso informativo seria constatada por intermédio da *modalidade delocutiva*, obteve-se a confirmação, considerando-se que não ocorreram marcas de 1ª pessoa, típicas da *modalidade elocutiva*, nem marcas de 2ª pessoa, típicas da *modalidade alocutiva*. As *modalidades da asserção* e do *discurso relatado*, que configuram o *comportamento delocutivo*, é que estiveram presentes, o que indica que a subjetividade no discurso informativo é observada por meio da *modalidade delocutiva*.

A *modalidade da asserção* apresentou apenas duas ocorrências, assinaladas numa notícia do jornal O Globo [“(...) é preciso que apenas um deputado assine.”/ “(...) será preciso que a representação seja assinada por 21 parlamentares”] (O Globo, 03/03/2009). As demais ocorrências relacionadas ao *comportamento delocutivo* dizem respeito à *modalidade do discurso relatado*, como mostram os seguintes exemplos: Marcos (...) disse que viu a confusão formada entre populares e jornalistas, e tentou intervir / Ele alegou que segurou a máquina fotográfica para evitar que ela fosse quebrada (...) (EXTRA, 12/03/2009).

Relembrando que uma das funções das orações modalizadoras é marcar o grau de engajamento do locutor em relação ao conteúdo proposicional do enunciado, deve-se levar em conta que, entre a *modalidade da asserção* e a *modalidade do discurso relatado*, a *asserção* indica a adesão parcial do locutor ao conteúdo do enunciado, e a *do discurso relatado* significa a não-adesão do locutor.



A partir do enunciado *É preciso que o governo mude de conduta*, observa-se que “a mudança de conduta” é considerada necessária pelo locutor, mas ele não revela que essa opinião é sua, como o faria se dissesse “*Eu entendo que o governo deve mudar de conduta*”. Desse fato, tem-se a interpretação de que a adesão do locutor é parcial.

Considerando-se o enunciado *O Deputado disse que o governo deve mudar de conduta*, observa-se que “a mudança de conduta” é vista como necessária pelo Deputado, e não – em princípio – pelo locutor, o que indica a não-adesão deste ao conteúdo enunciado. Vale destacar que a “adesão parcial” e a “não-adesão” do sujeito significam que ele, no primeiro caso, responsabiliza-se parcialmente pelo conteúdo do enunciado e, no segundo, que ele não se responsabiliza pelo conteúdo do enunciado.

É importante chamar a atenção mais uma vez para o fato de que o locutor-relator seleciona, a partir de um paradigma de verbos *dicendi*, o verbo que se ajusta à sua própria interpretação da fala do outro (O deputado *disse* que / O Deputado *assegurou* que / O deputado *alegou* que). Esse fato indica a subjetividade do locutor-narrador, o qual se expressa de modo camuflado, caracterizando um *comportamento delocutivo*.

No que concerne às hipóteses não tratadas neste artigo, os resultados serão apresentados, oportunamente, já que a pesquisa ainda está em andamento.

#### 4. Conclusão

O *corpus* formado de textos publicados pelos jornais O Globo e Extra tem demonstrado que o gênero textual notícia, à semelhança dos gêneros opinativos, vem marcado pela presença do sujeito da enunciação. O que os distingue, em termos de subjetividade, é que os gêneros “artigo opinativo” e “crônica”, sobretudo, pautam-se pelas *modalidades alocutiva e elocutiva*, enquanto a “notícia” se orienta pela *modalidade delocutiva*.

Quanto ao tipo de marcas de subjetividade, o gênero em análise tem apresentado variadas marcas, tais como *orações modalizadoras, expressões adverbiais, índices de avaliação e operadores argumentativos*.



Embora a pesquisa ainda não esteja concluída, obtiveram-se alguns resultados. As hipóteses de caráter qualitativo foram confirmadas, a saber: (a) a neutralidade nos textos informativos é efetivamente um mito; (b) o processo informativo apresenta variadas marcas de subjetividade; (c) a subjetividade no discurso informativo é observada por meio do *comportamento delocutivo* (modalidade da asserção e do discurso relatado). As hipóteses de caráter quantitativo ainda não têm um resultado completo, mas, no que se refere ao predomínio de operadores argumentativos, comparando-se com a frequência de orações modalizadoras, a hipótese se confirmou.

O objetivo da pesquisa, bem como deste artigo, é oferecer subsídios para uma leitura atenta das notícias jornalísticas, no sentido de tornar o leitor capaz de distinguir o que é informação daquilo que é opinião do sujeito enunciador.

## Referências

AMOSSY, Ruth. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

ANSCOMBRE, Jean-Claude e DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas, Mardaga, 1976.

AUSTIN, J. L. (1962) *Quand dire c'est faire*. Tradução do inglês por Gilles Lanes. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução e adaptação (org.) Aparecida L. Pauliukonis e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Du Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. (1973). *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo: Global, 1981.

\_\_\_\_\_. (1984) *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.



GOFFMAN, Erving. *Les rites d'interaction*. Traduzido do inglês por Alain Kihm. Paris: Éditions de Minuit, 1974.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Modalidades em gêneros informativos midiáticos. In: *Anais do XV Congresso da ASSEL-Rio – Linguagens em diálogo: pesquisa e ensino na área de Letras*. Rio: Faculdade de Letras da UFRJ, 2009.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciación: de la subjetividad en el lenguaje*. Tradução para o espanhol de Gladys Ânfora e Emma Gregores. Buenos Aires: edicial, 1980.

\_\_\_\_\_. *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Tradução de Fernando Afonso de Almeida e Irene E. Dias. Niterói: EdUFF, 2005.

KOCH, I. W. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004b